



Políticas do afeto: alguns fragmentos de memórias dos cinco primeiros anos da Política Nacional de Museus

Adriana Bandeira

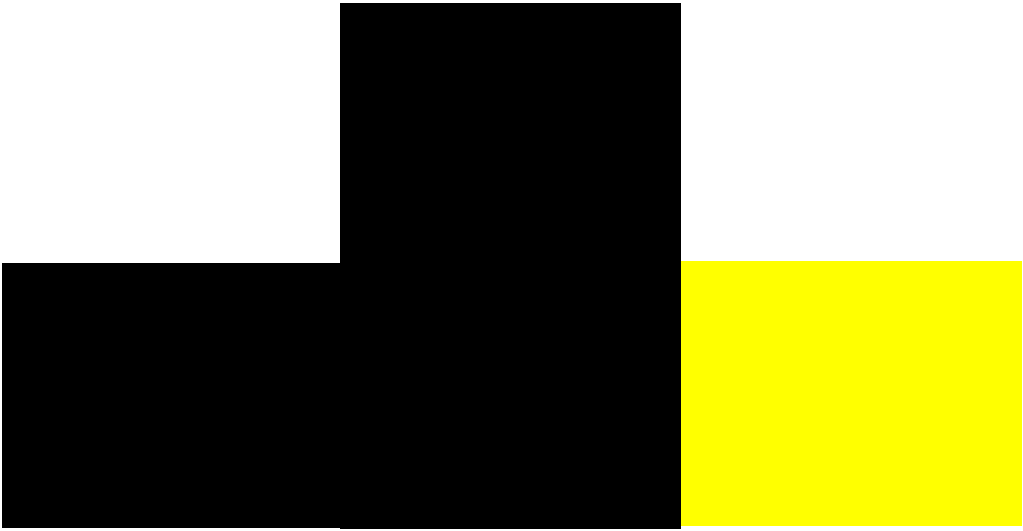
Museóloga com atuação no Museu Histórico Nacional.

Alejandra Saladino

Museóloga e arqueóloga, professora investigadora do Departamento de Pré-História, História Antiga e Arqueologia da Universidade Complutense de Madrid – Prêmio María Zambrano para atração de talentos internacionais. E-mail: asaladin@ucm.es

Átila Tolentino

Mestre e doutorando em Sociologia pela UFPB. É da carreira de Especialista em Políticas Públicas do Ministério da Economia. Professor da Especialização em Museus, Identidades e Comunidades da Fundação Joaquim Nabuco.



*Before they're allowed to be free?
(Blowin' in the wind, Bob Dylan)*

Apresentação

A conjuntura atual do setor cultural nos motivou a desenhar uma atividade no âmbito do Projeto de Extensão “Oficinas Culturais em Preservação do Patrimônio Cultural e Artes Plásticas” dedicada a criar um espaço de debate e construção de memórias sobre as políticas culturais do passado recente do país. A parceria afetiva entre colegas de profissão e ativismo, nomeadamente o professor Vladimir Sibylla Pires, nosso colega de departamento na UNIRIO, e Átila Tolentino, nosso colega e amigo dos tempos do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/IPHAN), possibilitou desenhar rodas de conversas entre estudiosos e agentes-chave na reflexão e implantação das políticas culturais sob o nome “Diálogos Culturais”. Desta feita, foram propostos quatro encontros virtuais no canal do Youtube do Núcleo de Museologia, Território e Sociedade – NUMTES/UNIRIO¹, coordenado por Sibylla, para tratar das políticas culturais desde uma perspectiva mais ampla, como também das políticas para museus, dos direitos culturais e, ainda, da relação entre políticas culturais e comunidades, todos realizados no segundo semestre de 2021, e dos quais derivam os textos que compõem este dossiê.

Para o bate-papo dedicado às políticas museais, objeto deste artigo, foram convidados o antropólogo e museólogo José do Nascimento Júnior, o primeiro diretor do DEMU/IPHAN e criador e primeiro presidente do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), e Fernanda Castro, historiadora do Museu Histórico Nacional e agente-chave na criação da Política Nacional de Educação Museal - PNEM². Por motivos de saúde,

¹ Ver https://www.youtube.com/channel/UCX3bUVQDXF1_4D2NW7tr2aw

² Os demais convidados para os “Diálogos Culturais” foram: Lia Calabre e Alexandre Santini, cujo encontro tratou das políticas culturais em uma perspectiva mais ampla; Inês Virgínia e Yussef Campos, que debateram sobre direitos culturais; e Antônia Kanindé e Padre Mauro, que trataram da relação entre políticas culturais e comunidades.

Nascimento Júnior não pôde comparecer ao encontro, o que levou o mediador Átila Tolentino e outros ex-servidores do DEMU/IPHAN presentes, Alejandra Saladino e a museóloga Adriana Bandeira (atualmente lotada no Museu Histórico Nacional), a trocarem ideias com Castro, estabelecendo assim um espaço ainda mais informal do que o planejado em nossa atividade do projeto de extensão, pois o caminhar da conversa ativou as memórias compartilhadas entre os nomeados atores.

Assim sendo, a proposta para este nosso texto é, além de registrar os assuntos debatidos nesse encontro, partilhar as memórias afetivas dos primeiros cinco anos da Política Nacional de Museus - PNM, destacando um dos seus principais eixos programáticos, o Programa de Formação e Capacitação em Museologia, e a possibilidade de construir políticas públicas de forma democrática, participativa e afetiva.

Alicerçamos nossa mirada sobre essas memórias compartilhadas enquanto agentes do campo que participaram efetiva e afetivamente da concepção e implementação da PNM, compreendendo que a memória é dinâmica e carregada de afetações e esquecimentos, sempre reinterpretada no momento presente a partir das experiências dos indivíduos em suas relações sociais (HALBWACHS, 2006; CANDAU, 2012). Era um período de efervescência no campo museal, com muitas atividades sendo impulsionadas e implementadas a partir da política federal, que se refletiam no lema, em forma de brincadeira, de nós trabalhadores do DEMU: “Tudo ao mesmo tempo agora”. Ou, quando precisávamos priorizar as demandas, reivindicávamos: “Primeiro as coisas primeiras!”.

Nosso olhar também se baseia na perspectiva do Institucionalismo Histórico³, compreendendo que as mudanças institucionais ocorrem quando mudam os valores que firmam a entidade, que podem ter causas derivadas tanto de pressões endógenas quanto

³ O Institucionalismo Histórico, uma das vertentes do Neoinstitucionalismo, é uma corrente adequada para a observação e a interpretação dos contextos e processos institucionais devido:

- ao enfoque nos valores, padrões e práticas institucionais, levando em consideração a trajetória da entidade, suas rotinas e transformações ao longo do tempo;
- à possibilidade de compreender que as/os agentes envolvidas/os compartilham valores de acordo com os papéis que desempenham e interesses que representam;
- à observação do fenômeno da “dependência da trajetória” (Hall; Taylor, 2003) ou, dito de outra forma, a tendência de manter, ao longo do tempo, os valores relacionados às primeiras escolhas institucionais, mantidas nas práticas rotinizadas, ainda que sofram atualizações.

exógenas. A partir do Institucionalismo Histórico é também possível definir o conceito de “instituição” por uma perspectiva mais ampla, respeitando sua profundidade, concretamente, como o complexo conjunto de normas, convenções, dispositivos jurídico-legais, entidades e diversos segmentos sociais dedicados a um setor específico, mas atuando em campos distintos (acadêmico, político, econômico, social). Por conta disso, apesar de compartilharem princípios e valores que fundamentam seus discursos e suas práticas rotinizadas e transformadas em padrões institucionais, podem divergir e confrontar perspectivas e interesses distintos e mesmo divergentes.

Sonho que se sonha junto é realidade: a Política Nacional de Museus (PNM)

Partimos do princípio de que as/os agentes do patrimônio devemos ser cuidadosas/os com as memórias institucionais tanto quanto o somos em relação ao patrimônio cultural em sua dimensão integral. Assim sendo, importa dizer que a PNM não nasceu de geração espontânea. Dito de outra forma, essa política pública “descende” e é tributária de esforços e articulações anteriores, das quais destacamos, apenas para citar alguns, a criação do antigo Sistema Nacional de Museus e de seu Programa Nacional de Museus da década de 1980. Tiveram também grande influência na sua concepção e *modus operandi* as experiências anteriores de sistemas estaduais de museus, a exemplo do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul - SEM/RS, oficialmente criado em 1991 e em atuação até os dias de hoje.

A articulação no setor museológico, da qual se destaca o papel preponderante dos sistemas estaduais de museus, bem como dos cursos de graduação em museologia e outras entidades do campo, resultou, em 2002, na elaboração de um documento, a *Carta de Rio Grande*, durante o VIII Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, do qual também participaram representantes de outros 12 estados do país. Elaborada de forma democrática e participativa, esta é uma das bases tanto da PNM quanto do Estatuto de Museus, homologado na Lei nº 11.904/2009. Registre-se que a Carta de Rio Grande foi também uma das bases para a construção do documento de campanha do governo Lula para a cultura, intitulado “A imaginação a serviço do Brasil”.

Na PNM foram alicerçados princípios para a criação de políticas públicas de inclusão social e democrática para a construção da memória nacional e para a preservação do patrimônio cultural do país. A título de ilustração e comprovação, destacamos alguns de seus princípios: estabelecimento de políticas públicas dedicadas à democratização do acesso aos bens culturais, o respeito à diversidade cultural da sociedade brasileira e o reconhecimento dos direitos culturais da sociedade civil organizada na sua participação nos processos de patrimonialização das referências culturais brasileiras. Como propostas foram previstas, entre outras, a revitalização do Programa Nacional de Museus e a criação de dispositivos legais específicos para o setor, além de um Cadastro Nacional de Museus (IPHAN, 2003).

Em maio do ano seguinte, na parte coberta do pátio do Museu Histórico Nacional, foi lançada a Política Nacional de Museus - PNM, com a presença do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, e do então Coordenador de Museus e Artes Plásticas do MinC (precursor do DEMU/IPHAN), José do Nascimento Júnior. Àquela altura, essa célula que geria a PNM carecia de estrutura (de recursos humanos e financeiros). Um dos primeiros resultados efetivos da PNM foi a criação do DEMU, em 2004, no âmbito do IPHAN. Com a posse das/os museólogas/os concursados do primeiro concurso público realizado na autarquia, fruto da luta dos servidores da Cultura na greve dos 100 dias realizada em 2005, o novo Departamento adquiriu musculatura suficiente para impulsionar a consolidação da PNM. A partir de então, intensificaram-se algumas ações estratégicas, como as articulações para a criação de um dispositivo legal para o setor em instância federal (vale ressaltar, processo desenvolvido igualmente de forma democrática e participativa), de uma autarquia para a gestão das políticas museais, do Programa Iberoamericano de Museus, do Cadastro Nacional de Museus (atualmente disponível na plataforma Museus.br) e da intensificação de um dos eixos programáticos da PNM, o Programa de Formação e Capacitação em Museologia, tema do próximo tópico deste texto.

A Museologia cerzindo um país: o Programa de Formação e Capacitação em Museologia

A PNM estrutura-se em sete Eixos Programáticos (Gestão e configuração do campo museológico, Democratização e acesso aos bens culturais, Formação e capacitação de recursos humanos, Informatização de museus, Modernização de infraestruturas museológicas, Financiamento e Fomento para museus e Aquisição e gerenciamento de acervos museológicos) e consolida-se a partir de instrumentos institucionais (como o Sistema Brasileiro de Museus e o IBRAM), instrumentos de gestão (como o Cadastro Nacional de Museus) e instrumentos de fomento (como os editais públicos de financiamento voltados para projetos de museus já existentes ou para a implantação de novas instituições museais).

Escolhemos aprofundar neste texto um eixo programático diretamente relacionado a um dos temas que se destacaram no debate subsequente à fala de Fernanda Castro nos Diálogos Culturais – Políticas Museais: trata-se do eixo Formação e capacitação de recursos humanos e do plano museológico. Parte de tal destaque deve-se à persistente inquietação das/os agentes quanto ao tema da sustentabilidade de museus, bem como das memórias partilhadas entre Bandeira, Saladino e Tolentino, visto que atuamos na linha de frente da consolidação desse eixo (na coordenação das oficinas do programa e na ministração de duas das oficinas mais solicitadas: Elaboração de projetos e fomento para a área museológica e Plano Museológico: implantação, gestão e organização de museus).

A consolidação do eixo programático em questão foi possível graças ao diagnóstico sobre a formação no setor, realizado pela professora Maria Célia Teixeira Moura Santos, do curso de graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e ao apoio e parceria das secretarias e fundações de Cultura, bem como de outras entidades, como universidades e prefeituras. Meses após a realização de um encontro promovido pela Coordenação de Museus e Artes Plásticas/MinC em Brasília, do qual participaram representantes de secretarias e fundações de Cultura de todo o país para debater a proposta do texto da PNM, foi decidido entre os participantes que o eixo a ser

desenvolvido primeiro deveria ser “Formação e capacitação de recursos humanos” (TOLENTINO, 2011).

Como uma das primeiras ações da PNM, a profa. Maria Célia Santos também foi responsável por colocar em prática um projeto-piloto para o Programa de Formação e Capacitação em Museologia, no estado da Bahia, ainda no ano de 2003. Em paralelo, também se deu a realização de um projeto-piloto no estado de Santa Catarina, sob a responsabilidade do Núcleo de Estudos Museológicos da Universidade Federal de Santa Catarina – NEMU/UFSC. No ano seguinte, o programa foi ampliado, chegando a atingir quase todos os estados da Federação.

A articulação entre nossas memórias compartilhadas e alguns registros da rotina de trabalho de Átila Tolentino e Adriana Bandeira, gestores das oficinas no período de 2003 a 2009, possibilitaram a elaboração de um quadro que apresenta dados quantitativos sobre os Estados onde foram realizados os cursos e fóruns (em parceria com as secretarias de Cultura) e o número de agentes sensibilizadas/os pelos seus conteúdos, referentes ao período 2003/2006 (publicado em TOLENTINO, 2011):

**QUADRO 1 - PROGRAMA DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM
MUSEOLOGIA – PNM
OFERTA E PARTICIPAÇÃO POR ESTADO (2003-2006)**

2003

Estado	Curso / Oficina	Fóruns / Seminários	Participantes
Bahia	5	-	352
Santa Catarina	11	-	210
TOTAL	16	-	562

Fonte: Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan

2004

Estado	Curso / Oficina	Fóruns / Seminários	Participantes
Bahia	7	1	510
Ceará	-	1	73
Goiás	3	-	70
Maranhão	2	-	70
Piauí	-	1	140
Rio Grande do Sul	-	1	220
Roraima	2	-	60
Santa Catarina	13	1	325
TOTAL	16	5	1468

Fonte: Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan

2005

Estado	Curso / Oficina	Fóruns / Seminários	Participantes
Acre	1	1	116
Amazonas	1	-	40
Bahia	5	1	748
Distrito Federal	2	1	161
Goiás	8	-	341
Maranhão	2	1	163
Mato Grosso	1	-	99
Minas Gerais	4	1	262
Pará	2	-	248
Paraná	4	2	270
Pernambuco	1	-	150
Piauí	2	-	75

Rio de Janeiro	1	2	390
Rio Grande do Norte	-	1	140
Rio Grande do Sul	4	2	280
Roraima	3	-	80
Santa Catarina	25	2	500
São Paulo	-	1	100
Sergipe	2	2	372
Tocantins	2	1	142
TOTAL	68	17	4677

Fonte: Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan

2006

Estado	Curso / Oficina	Fóruns / Seminários	Participantes
Acre	1	-	44
Bahia	3	-	228
Ceará	3	1	139
Distrito Federal	2	2	551
Goiás	1	1	130
Maranhão	1	-	54
Mato Grosso do Sul	2	-	156
Minas Gerais	12	2	991
Paraíba	2	-	58
Paraná	4	-	80
Pernambuco	5	-	179
Rio de Janeiro	2	3	672

Rio Grande do Norte	3	-	164
Rio Grande do Sul	8	1	320
Roraima	1	-	29
Santa Catarina	22	-	366
São Paulo	2	-	108
Sergipe	2	-	112
Tocantins	2	1	197
TOTAL	79	11	4.578

Fonte: Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan

As oficinas⁴ eram oferecidas de acordo com a demanda e considerando uma das diretrizes das políticas culturais da época: a desconcentração das ações culturais dos grandes eixos para as regiões menos contempladas pela ação do Estado. Assim sendo, os oficinairos, como éramos conhecidos, entramos em contato com o “Brasil profundo” e sua riqueza patrimonial. Entretanto, havia uma lógica para o atendimento da solicitação: no caso de a entidade solicitante encontrar-se em região sem formação em Museologia e carente de recursos humanos qualificados, era oferecida, em primeiro lugar, a oficina “Museu, memória e cidadania”, que abordava conteúdos como a dinâmica conceitual de museu, a perspectiva concebida pela PNM, as funções dos museus, políticas culturais no contexto museológico, o papel social dos museus, museus como agentes de desenvolvimento sociocultural, etc. Essa base conceitual comum também era seguida em

⁴ Nos primeiros anos da implantação do programa, eram oferecidas as oficinas “Museu, memória e cidadania”, “Elaboração de Projetos e fomento para a área museológica”; Plano Museológico: elaboração, gestão e organização de museus; “Ação educativa em museus”; “Conservação de acervos”; “Gestão e documentação de acervos”; “Treinamento de equipes administrativas e de apoio”; “Expografia”; “Arquitetura em museus”; “Implantação de sistemas de museus”; “Museus e turismo”; “Segurança em museus”; “Museus e novas tecnologias de informação” e “Estudos de público”. Além das oficinas, nesse programa também eram promovidos Fóruns estaduais ou regionais de Museus, com a finalidade de debater a realidade museológica e as políticas locais voltadas para o setor.

todas as oficinas ofertadas. Esse programa, desta forma, foi um vetor de disseminação das ideias e da concepção ideológica de Museologia adotada pelo MinC por meio da PNM.

Podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que participar do programa de oficinas foi uma das experiências mais enriquecedoras de nossa trajetória no mundo dos museus devido ao contato com a realidade e a diversidade museal do país, bem como as trocas de conhecimento e de afetos. Vale ressaltar que o aumento da oferta das oficinas em todo o país coincidiu com a criação de cursos de graduação em Museologia⁵. Sendo assim, tais encontros, cujo conteúdo programático era dado durante três dias de trabalho intenso, contribuíram para a capacitação e atualização dos quadros funcionais das entidades museais, bem como para a formação das novas gerações de museólogas/os. Também foi fundamental para a articulação de ações e redes locais, cuja mensuração e impactos mereciam um diagnóstico mais apurado. Um exemplo para ilustrar como as oficinas se reverberaram em articulações e projetos diversos consiste na criação de redes de educadores de museus em diferentes estados, como resultado da oferta da oficina “Ação educativa em museus”.

Enquantoicineiras/os dedicadas/os a ministrar os conteúdos dos cursos mais solicitados, percebíamos um ponto opaco e complexo: o plano de sustentabilidade. Tanto na oficina voltada para orientar e fornecer dicas de elaboração e adequação de projetos a editais e outros instrumentos, dentre os quais se destacava o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)⁶, quanto na oficina que apresentava a ferramenta de gestão proposta pelo DEMU/IPHAN, resultado do intercâmbio entre o Ministério da Cultura do Brasil e

⁵ Para conhecer de forma detalhada o cenário em que se deu a criação de inúmeros cursos de graduação e alguns de pós-graduação em Museologia nesse período, sugerimos a leitura do livro “Museologia no Brasil, século XXI: atores, instituições, produção científica e estratégias”, de autoria da professora Luciana Ferreira da Costa (2018). Em sua pesquisa, Costa demonstra como o contexto dos anos iniciais do século XXI alinhou uma política pública consistente em nível nacional voltada para o campo dos museus e o estímulo à ampliação da atuação das instituições de ensino superior.

⁶ O Pronac foi instituído pelo Lei nº 8.313/1991 (popularmente conhecida como Lei Rouanet). Esse programa prevê, basicamente, duas formas efetivas de apoio a projetos culturais: o Fundo Nacional de Cultura (por meio de recursos próprios do orçamento federal) e o Mecenato (apoio a projetos culturais por meio de incentivos fiscais a pessoas físicas e jurídicas).

do Ministério de Educação, Cultura e Desporto da Espanha (SALADINO, 2020)⁷, esse era um tópico que gerava incertezas e incômodos. O plano de sustentabilidade de entidades públicas e privadas, com ou sem dotação orçamentária, era o ponto chave do Programa de Financiamento e Fomento, o qual fazia parte da estrutura do Plano Museológico, e documento esperado pelos pareceristas técnicos do Pronac.

Todavia, persistia e, de certa forma, ainda persiste, a prática de fundamentar a sustentabilidade dos museus na participação em editais. As/os profissionais que atuam nessas entidades bem sabem do desafio de garantir a continuidade das atividades quando se depende da aprovação de projetos e da captação de recursos. A agenda de editais deveria ser considerada como um “plus” no plano de sustentabilidade, não sua base e, em muitos casos, a única via para as atividades previstas no plano museológico.

Do debate estabelecido entre Castro e a audiência presente nos Diálogos Culturais – políticas museais, reiteramos nossa posição: a sustentabilidade dos museus deve ser política de Estado para que não seja completamente refém das dinâmicas culturais da lógica neoliberal na esteira do que discutem Dardot e Laval (2016). Em seus estudos, esses pesquisadores explicam que o neoliberalismo é mais que uma ideologia, eis que se configura como uma racionalidade política global, que advém da concorrência mercantil. Essa lógica se generaliza para todas as esferas sociais (entre elas o Estado) e para todas as esferas da vida (as nossas subjetividades). Portanto, a razão do capitalismo moderno contemporâneo, enquanto a concorrência mercantil, passa a ser a lógica de toda relação humana. Como uma lógica normativa global, o neoliberalismo rege também as políticas públicas, comanda relações econômicas mundiais, transforma a sociedade e as nossas subjetividades.

O Programa de Formação e Capacitação em Museologia foi suspenso em 2010 e a partir de 2019, os principais conteúdos foram disponibilizados na plataforma Saber

7 Para outros detalhes sobre a concepção teórica e metodológica do Plano Museológico, bem como sua implantação no Brasil, ver as conferências “La planificación museística desde la metodología del Plan Museológico” e “La Política Nacional de Museos y el rol del Plan Museológico para fortalecer a los museos brasileños”. Ver <http://www.man.es/man/eu/actividades/cursos-y-conferencias/anteriores/2018/20170221-museos-brasil.html>

Museu⁸. É certo que a iniciativa ampliou o seu alcance e desonerou a autarquia responsável pela sua realização. Entretanto, como em toda e qualquer decisão há bônus e ônus, é necessário ressaltar que a suspensão do contato corpo a corpo entre técnicos do IBRAM e outras/os agentes responsáveis por ministrar os conteúdos das oficinas implicou na perda do intercâmbio entre elas/es e as/os profissionais locais e, por conseguinte, de uma visão mais apurada sobre a realidade museal brasileira, aquela que escapa dos relatórios e formulários, presente apenas na convivência e nas trocas de informações, confidências e afetos. Assim sendo, coincidimos com o senador Eduardo Suplicy quando reconhece a política como “a busca de uma vida mais justa, do bem comum” e que, para alcançar tal objetivo, é imprescindível “conhecer a verdade e as situações a fundo, mesmo que trabalhosas (SUPLICY, 2022, p.31).

Cabe lembrar ainda o desenvolvimento de um procedimento de avaliação das oficinas, centrado no preenchimento de um formulário por todas/os as/os inscritos, estruturado em três campos, nos quais havia questões específicas para avaliar o desempenho da/oicineira/o, a avaliação da oficina e o desempenho da/o participante. A equipe do DEMU/IPHAN e do IBRAM responsáveis pela gestão do programa de oficinas encarregava-se de sistematizar as respostas e enviar à/ao instrutora/or um retorno sobre as impressões referentes ao seu desempenho. Muitos participantes, além de preencherem o formulário, motivavam-se a registrar impressões sobre a experiência, que igualmente eram sistematizadas e enviadas às/aos responsáveis pela ministração dos cursos. Os cursos geralmente eram bem avaliados, cumprindo, portanto, seu objetivo de acordo com o olhar dos participantes.

Um desafio enfrentado pelos recém concursados, chegados ao DEMU/IPHAN em 2006, foi a inclusão das oficinas na programação dos II e III Fóruns Nacionais de Museus realizados, respectivamente, em Ouro Preto (2006) e Florianópolis (2008) pois necessitaram adaptar a metodologia do curso e da avaliação para essas edições, que atraíram um público bem maior que o habitual.

⁸ Ver <https://sabermuseu.museus.gov.br/>

As ações em parceria, que se configuram na prática a atuação em rede da Política Nacional de Museus, foram o principal motivo dos bons resultados obtidos pelo programa, tendo em vista que a realização das oficinas e fóruns era fruto do trabalho em conjunto do MinC com as secretarias e fundações culturais, instituições museológicas, universidades e profissionais do setor que se dispunham a ministrar os cursos.

Considerações finais

À guisa de finalização deste texto, mas não da reflexão e da discussão, e à luz do Institucionalismo Histórico, compreendemos que as primeiras escolhas institucionais relacionadas às políticas culturais em geral e às museais, em particular, se baseiam e se sintetizam no art. 22 da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁹. Dito de outra forma, ao longo deste século, o setor museológico do país se estruturou sobre valores e diretrizes associadas ao espírito e à ação democráticas e inclusivas fundamentais para a garantia dos direitos sociais e culturais da sociedade como um todo. Estas são as bases dos discursos, dos instrumentos e das práticas institucionais, pesem os redirecionamentos e a implantação de valores e princípios divergentes, visto que pautados em uma historiografia caduca, uma ética excludente e uma visão míope da sociedade e da cultura brasileiras. Assim sendo, e considerando a potência das primeiras escolhas institucionais e o princípio da dependência da trajetória, consideramos, e esperamos, a breve retomada das principais ações em prol da preservação e da valorização do patrimônio museológico brasileiro, em toda a sua esplendorosa e potente diversidade, e o fortalecimento da PNM.

A realização de centenas de oficinas em todo o território nacional¹⁰ - resultado da dinâmica de atuação em rede, que também caracteriza a trajetória da entidade responsável pela gestão das políticas para o setor museológico - possibilitou não apenas o

⁹ “Todo ser humano, como membro da sociedade, tem o direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e os recursos do Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais (grifo nosso) indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.”

¹⁰ Segundo informação constante do portal Saber Museus, entre 2003 e 2012, foram realizados de forma presencial, pelo Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu/Iphan) e, posteriormente, pelo próprio Ibram (criado em 2009), 569 encontros, que capacitaram aproximadamente 30.000 participantes.

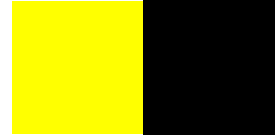
levantamento da realidade museal brasileira, com suas especificidades e demandas, mas também a construção de memórias afetivas entre as/os agentes envolvidos e, principalmente, a consolidação de uma ideia, e um ideal, de elaboração e implantação de políticas públicas.

Vale ressaltar o papel fundamental da PNM na consolidação da ideia de que é possível fazer políticas públicas de um jeito diferente e, também, da própria concepção de museu do século XXI. Dito de outra forma, a maneira como a PNM foi concebida e implantada, bem como seus princípios e diretrizes, coincidem integralmente com as bases éticas e conceituais da proposta de definição de museu do ICOM, ainda em processo de reelaboração (SALADINO, 2020). Isto nos leva a pensar, evocando nossas memórias compartilhadas enquanto agentes do DEMU/IPHAN e do IBRAM, na influência que o setor museológico brasileiro exerceu àquela altura no cenário internacional.

Reconhecemos a dinâmica cíclica e, às vezes, contraditória dos processos históricos de uma maneira geral e, também, que as diretrizes que fundamentaram as políticas culturais e museais na primeira década deste século continuam presentes no imaginário e no desejo das/os agentes culturais. Mesmo na conjuntura atual, caracterizada por uma evidente guerra cultural, toca a nós, somadas/os às novas gerações de agentes do patrimônio, especialmente as/os museólogas/os, recuperar e reinterpretar a ética, os princípios e as dinâmicas da PNM, integralmente voltados para a proteção dos direitos culturais e imbuídos de uma vontade de memória de uma sociedade mais justa. Avante!

Agradecimentos

Agradecemos às estudantes do curso de Museologia da UNIRIO, Luiza Fernandes e Yasmin Aiub, cuja dedicação foi fundamental para a realização dos Diálogos Culturais e às/aos nossas/os colegas e amigas/os do DEMU/IPHAN e IBRAM, especialmente a Vinícius Adalberto de Souza Barcelos (*in memoriam*), um dos responsáveis pela gestão de projetos estratégicos para a PNM, como os Fóruns Nacionais de Museus.



Referências

- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- COSTA, Luciana Ferreira da. **Museologia no Brasil, Século XXI: atores, instituições, produção científica e estratégias**. João Pessoa: CCTA, 2018.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- Hall, P. A.; Taylor, R. C. R. As três versões do Neoinstitucionalismo. **Lua Nova**, 58, 193-223. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf> >. Acesso em: 09/04/2022.
- IPHAN. **Política Nacional de Museus**. Memória e Cidadania. Brasília: IPHAN. Disponível em: < https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf >. Acesso em: 09/04/2022.
- SALADINO, Alejandra. Remirar el museo desde el escenario brasileiro. **ICOFOM Studies Series**, Defining the museum: challenges and compromises of the 21th century, 48-2, 2020, p.208-224.
- SUPLICY, Eduardo. **Um jeito de fazer política**. Eduardo Suplicy com a colaboração de Mônica Dallari. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.
- TOLENTINO, Átila B. Governança em rede: o caso do Sistema Brasileiro de Museus. In RENNÓ, Lucio (Org.). **Coletânea de políticas públicas de cultura: práticas e reflexões**. Brasília: Universidade Católica de Brasília/Ministério da Cultura. 2011. p. 179-225.
- UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> >. Acesso em: 09/04/2022.